

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 3.067 DE 2011

Altera o art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e o art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, para autorizar o acesso de instituições financeiras oficiais, agências de desenvolvimento oficiais, bancos de desenvolvimento oficiais, bancos cooperativos e confederações e centrais de cooperativas de crédito aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Dê-se ao artigo 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, alterado pelo artigo 1º do Projeto de Lei, a seguinte redação:

“Art. 9º As disponibilidades financeiras do FAT poderão ser aplicadas em títulos do Tesouro Nacional, por intermédio do Banco Central do Brasil, e em depósitos especiais, remunerados e disponíveis para imediata movimentação, nas instituições financeiras oficiais federais de que trata o art. 15 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, bem como, mediante a prestação de garantia através de títulos do Tesouro Nacional ou outra a ser definida pelo órgão gestor do FAT, nas instituições financeiras oficiais estaduais, nas instituições financeiras privadas, nas agências de desenvolvimento oficiais, nos bancos de desenvolvimento oficiais, nos bancos cooperativos e nas confederações e centrais de cooperativas de crédito, constituídas nos termos da legislação vigente.

.....”

(NR)

JUSTIFICAÇÃO

As emendas sugeridas devem ser adotadas para garantia do Princípio Constitucional da Isonomia, consagrado no artigo 5º, *caput*, da Carta Magna, além de constar em vários outros dispositivos constitucionais.

Ressalte-se que a isonomia deve ser efetiva, cabendo à lei atender igualitariamente a todos dentro das mesmas características, o que evidencia ser discriminatório o tratamento conferido pelo Projeto às instituições financeiras privadas.

Saliente-se que, atualmente, as instituições financeiras oficiais, federais e estaduais, concorrem com as instituições financeiras privadas, não operando necessariamente com custos mais baixos, assim, não se justifica o

tratamento privilegiado conferido às instituições financeiras oficiais, federais e estaduais.

Insta mencionar que as instituições financeiras privadas têm estimulado o agronegócio, disponibilizando ao produtor rural e às suas cooperativas recursos para custeio, investimento e comercialização de produtos agropecuários.

Desse modo, o Projeto deve ser aprovado com as emendas sugeridas para atender o Princípio Constitucional da Isonomia, bem como para fortalecer a atividade das instituições financeiras privadas, instituições financeiras oficiais estaduais, agências de desenvolvimento oficiais, bancos de desenvolvimento oficiais, bancos cooperativos, bem como confederações e centrais de cooperativas de crédito no agronegócio, por meio do acesso aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O resultado seria um ganho qualitativo a todos os envolvidos.

Sala da Comissão, em 20 de março de 2012

Jeronimo Goergen
Deputado Federal – PP/RS